

MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 3- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 4.1- [Plenário](#)
 - 4.2- [Comissões](#)
 - 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1996

Presidência do Deputado Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Ibrahim Jacob - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Gilmar Machado - Gil Pereira - Ivo José - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Maria Barros - Luiz Antônio Zanto - Marco Régis - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Wilson Trópia.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a extraordinária de segunda-feira, dia 16, às 14 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de debates da mesma data, às 20 horas.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dez de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Schettino, José Maria Barros e José Henrique (substituindo este ao Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Maria Barros que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente distribui ao Deputado José Maria Barros os Projetos de Lei n.ºs 146, 237 e 471/95, 869, 899, 904 a 906 e 908 a 911/96; e ao Deputado José Henrique, os Projetos de Lei n.ºs 914, 915, 918, 927, 942, 945, 953, 956 e 961/96. Passa-se à 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre matéria sujeita à deliberação conclusiva do Plenário da Assembléia. Discutido e votado, é aprovado parecer em que o Deputado José Maria Barros conclui pela aprovação do Projeto de Lei n.º 471/95. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre matérias de deliberação conclusiva das comissões. Discutidos e votados, cada um por sua vez, são aprovados pareceres que concluem pela aprovação dos Projetos de Lei n.ºs 146 e 237/95, 869, 899, 904 a 906 e 908 a 911/96 (relator: Deputado José Maria Barros); 914, 915, 918, 927, 942, 945, 953, 956 e 961/96 (relator: Deputado José Henrique). Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1996.

José Maria Barros, Presidente - Elbe Brandão - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA CONHECER A REAL SITUAÇÃO FINANCEIRA DO IPSEMG, INCLUINDO OS NÃO-REPASSES PELO TESOUREIRO, ASSIM COMO A SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CAPITAL E NO INTERIOR

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Gilmar Machado, Alberto Pinto Coelho e Jorge Hannas, membros da Comissão supracitada. Estão presentes, também, os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira e José Braga. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. José Felipe dos Santos Neto, Procurador-Geral do IPSEMG; Ricardo de Andrade e João Augusto Pereira do Amaral, Superintendentes de Finanças e de Interiorização do IPSEMG, respectivamente, e Antônio Sérgio Tonet, Promotor de Defesa do Cidadão do Ministério Público. A Presidência faz a leitura dos ofícios nos quais os Srs. Ricardo de Andrade e Antônio Sérgio Tonet justificam sua ausência, sendo que o último encaminhou junto a seu ofício alguns documentos. O Presidente convida a compor a Mesa dos trabalhos os Srs. José Felipe dos Santos Neto e João Augusto Pereira do Amaral, que, com a palavra, cada um por sua vez, fazem suas exposições. Após as explanações, a Presidência abre a fase dos debates. Fazem uso da palavra os Deputados Jorge Hannas, Gilmar Machado, Miguel Martini, José Braga e Jorge Eduardo de Oliveira e os dois convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Miguel Martini passa a Presidência ao Deputado Gilmar Machado e apresenta requerimento em que solicita que o Superintendente de Finanças do IPSEMG forneça à Comissão cópia do contrato relativo ao aluguel de terreno desse órgão localizado no centro de Belo Horizonte, esclarecendo qual a área total, a área construída e a metodologia de cálculo usada para estabelecer o valor do aluguel. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Gilmar Machado retorna a Presidência ao Deputado Miguel Martini. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados e a colaboração dos Srs. José Felipe dos Santos Neto e João Augusto Pereira do Amaral, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária que será realizada no dia 11 do corrente, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir os Srs. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda, e Cláudio Roberto Mourão da Silveira, Secretário de Recursos Humanos e Administração, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1996.

Miguel Martini, Presidente - Gilmar Machado - Geraldo Rezende - Leonídio Bouças.

ATA DA 40ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e vinte minutos do dia onze de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Simão Pedro Toledo, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna e Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Anivaldo Coelho, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Gilmar Machado e José Maria Barros (substituindo este ao Deputado Péricles Ferreira por

indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Simão Pedro Toledo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos Deputados presentes. A Presidência informa que a reunião tem a finalidade de apreciar os Pareceres para 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.029, 1.048 e 1.056/96 e para 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.041/96, todos do Governador do Estado. Prosseguindo, passa-se a 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, para emitir seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.029/96, o Deputado Leonídio Bouças solicita prazo regimental para fazê-lo, e seu pedido é deferido pelo Presidente. A seguir, o Deputado Arnaldo Penna, relator do Projeto de Lei nº 1.041/96, na Comissão de Constituição e Justiça, emite parecer mediante o qual conclui pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade do projeto. Durante a discussão do parecer, o Deputado Gilmar Machado solicita vista da matéria, e seu pedido é deferido pela Presidência. Prosseguindo, o relator do Projeto de Lei nº 1.048/96, na Comissão de Constituição e Justiça, emite parecer mediante o qual conclui pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade do projeto, e o Deputado Glycon Terra Pinto, relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria, no 1º turno, na forma proposta. Submetidos a discussão e votação são os pareceres aprovados. Passa-se à apreciação dos pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.056/96 no 1º turno. Com a palavra, o relator na Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Simão Pedro Toledo, solicita seja distribuído avulso de seu parecer e, em seguida, a Presidência determina seja distribuído também o avulso do parecer do relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião conjunta a se realizar amanhã, dia 12/12/96, às 9h15min, com o objetivo de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.029, 1.041 e 1.056/96, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1996.

Geraldo Santanna, Presidente - Glycon Terra Pinto - Arnaldo Penna - Geraldo Rezende - Leonídio Bouças - Elbe Brandão - Miguel Martini - Ivair Nogueira - Marcos Helênio - Gilmar Machado - José Braga.

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Ivair Nogueira, Jorge Eduardo de Oliveira e Paulo Piau (substituindo os dois últimos aos Deputados Geraldo Rezende e Clêuber Carneiro, respectivamente, por indicação das Lideranças do PMDB e do PFL), membros da Comissão supracitada. Estão presentes, também, os Deputados Durval Ângelo, Paulo Schettino e Carlos Pimenta. Na ausência do Presidente, Deputado Miguel Martini, o Deputado Marcos Helênio assume a direção dos trabalhos, e, havendo número regimental, solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos Deputados presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Crispim Moreira, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Abastecimento; Juraci Moreira Souto, Diretor de Política Agrícola da FETAEMG, e Hélio Machado, Presidente do CEASA-MG, os quais irão prestar esclarecimentos para subsidiar a apreciação do Projeto de Lei nº 1.039/96; destina-se, também, a apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência convida os expositores a tomar assento à mesa e lhes concede a palavra. A seguir, Deputados e convidados realizam amplo debate sobre a matéria constante na pauta, conforme consta nas notas taquigráficas. Verificando, de plano, a inexistência de "quorum" para continuidade dos trabalhos, o Presidente agradece a presença dos convidados e dos Deputados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1996.

Miguel Martini, Presidente - Geraldo Rezende - Marcos Helênio - Ivair Nogueira - Péricles Ferreira.

ATA DA 41ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e vinte minutos do dia doze de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Ivair Nogueira e Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Anivaldo Coelho, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Péricles Ferreira, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Marcos Helênio e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio, José Braga e Ajalmar Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Leonídio Bouças que

proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos Deputados presentes. A Presidência informa que a reunião tem por objetivo apreciar, no 1º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.029, 1.041 e 1.056/96. A seguir, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, para emitir seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.029/96, o Deputado Leonídio Bouças solicita seja feita a distribuição de avulsos, o que é deferido pelo Presidente. Logo após, a Presidência dá continuidade à discussão do Projeto de Lei nº 1.041/96, do qual o Deputado Gilmar Machado solicitara vista. O parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Arnaldo Penna, conclui pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade do projeto. Submetido a votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende, relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma proposta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, passa-se à apreciação do Projeto de Lei nº 1.056/96. A Presidência dá continuidade à discussão do parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça, mediante o qual conclui pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1. Submetido a votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Marcos Helênio, relator do projeto na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, solicita sejam distribuídos avulsos do parecer, o que é deferido pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1996.

Geraldo Santanna, Presidente - Elbe Brandão - Ivair Nogueira - Simão Pedro Toledo - Arnaldo Penna - Gilmar Machado - Jorge Eduardo de Oliveira - Antônio Júlio.

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Marco Régis e Jorge Hannas, membros da Comissão supracitada. Encontra-se presente, também, o Deputado Hely Tarquínio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Marco Régis que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência lê a correspondência da Sra. Mônica Abreu, em que solicita à Comissão de Saúde e Ação Social que agende uma reunião com o Secretário de Administração para tratar de assuntos de interesse dos funcionários concursados, em regime de contratos administrativos. A Presidência comunica aos Deputados que, tendo em vista a proximidade do término das atividades parlamentares do segundo semestre de 1996, fica esta Comissão previamente convocada para reunir-se extraordinariamente, a fim de se apreciarem as proposições que porventura lhe sejam distribuídas até o dia 20 do corrente. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. Neste interim, o Deputado Marco Régis apresenta três requerimentos; no primeiro, solicita sejam remetidos ofícios aos Secretários de Assuntos Municipais e do Trabalho, da Ação Social, da Criança e do Adolescente para que enviem a esta Comissão a relação, com os respectivos valores, de todos os convênios firmados com Prefeituras e entidades de utilidade pública, mediados pelos Deputados, cujo objeto seja a concessão de subvenção destinada à área da saúde; no segundo, solicita à Mesa da Assembléia a relação de todos os convênios firmados com Prefeituras e entidades de utilidade pública, por intermédio dos Deputados, cujo objeto seja a concessão de subvenção destinada à área da saúde; e no terceiro, solicita sejam enviados ofícios ao Presidente do IPSEMG e ao Comandante-Geral da PMMG pedindo o envio a esta Comissão de informações detalhadas referentes aos gastos efetivos com as ações de saúde desenvolvidas por aquelas instituições nos exercícios de 1995 e 1996, excluindo-se os referentes às atividades-meio. Submetidos a votação, são os requerimentos aprovados. Ato contínuo, a Presidência passa à discussão e à votação de pareceres sujeitos à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente passa a palavra ao Deputado Jorge Hannas, relator do Projeto de Lei nº 576/95, no 1º turno, para que proceda à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça. Fazem uso da palavra, para discutir, todos os parlamentares presentes. Submetido a votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, a Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 952/96 ao Deputado Marco Régis e os Projetos de Lei nºs 979 e 996/96, ao Deputado Jorge Hannas. Como o relator, Deputado Marco Régis, está em condições de apresentar seu parecer, este procede à leitura do Projeto de Lei nº 952/96 e conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Submetido a discussão e votação, é este parecer aprovado. A seguir, o Deputado Jorge Hannas, relator do Projeto de Lei nº 979/96, no 1º turno, procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 4. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, o Deputado Jorge Hannas, relator do Projeto de Lei nº 996/96, no 1º turno, procede à leitura de seu parecer,

mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma proposta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados, no 2º turno, os Projetos de Lei nºs 928, 930, 938, 970, 983, 992 e 981/96, este na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Jorge Eduardo de Oliveira); 973 e 975/96 (relator: Deputado Jorge Hannas); 986/96 (relator: Deputado Marco Régis). Submetido a discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 978/96 (relator: Deputado Jorge Eduardo de Oliveira). Quanto ao Projeto de Lei nº 969/96, o relator, Deputado Jorge Hannas, solicita seja convertido em diligência ao Juiz de Direito, o que é deferido pela Presidência. Prosseguindo, o Presidente submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 146 e 282/95, 869, 899, 904 a 906, 908 a 911, 914, 915, 918, 927, 942, 945, 953, 956 e 961/96, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 13, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei nº 978/96, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1996.

Marco Régis, Presidente - Olinto Godinho - Jorge Hannas.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 159ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 16/12/96

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 1.025/96, do Governador do Estado, com as Emendas nºs 2, 10 e 14, na forma das respectivas subemendas que receberam o nº 1; e as Emendas nºs 13 e 15 a 23.

Em 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 19/96, do Governador do Estado, com a Emenda nº 1.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 218ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 17/12/96

1ª Parte (Pequeno Expediente)
(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.
Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Projeto de Lei nº 1.025/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.040, de 28/12/75, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

Projeto de Lei nº 1.029/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 1.039/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 1.058/96, do Governador no Estado, que dispõe sobre as custas

devidas do Estado no âmbito da justiça estadual de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 388/95, do Deputado Almir Cardoso, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Pecuária de Leite e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 537/95, do Deputado Paulo Piau, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 18/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 18/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 994/96, do Deputado Dimas Rodrigues.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 17/12/96, destinadas, a primeira, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.025/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.040, de 28/12/75, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, 1.029/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências, 1.039/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências, 1.058/96, do Governador do Estado, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado, no âmbito da justiça estadual de 1º e 2º graus e dá outras providências, e 718/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Estado para melhorar as condições nutricionais da população, e a discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante na primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 1.056/96, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, 388/95, do Deputado Almir Cardoso, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Pecuária de Leite e dá outras providências, 537/95, do Deputado Paulo Piau, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água, 873/96, do Deputado Geraldo Rezende, que institui o Programa Emergencial de Combate ao Analfabetismo, e 1.010/96, do Deputado Jorge Hannas, que cria a Fundação Mineira de Saúde da Visão do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de dezembro de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão supracitada para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 17/12/96, às 9 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciar, em 2º turno, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.025/96, que altera a Lei nº 12.040, de 28/12/95.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1996.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões extraordinárias a serem realizadas no dia 17/12/96, terça-feira, às 9h45min e às 15 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciarem as matérias constantes na pauta.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1996.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição N°
24/96

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Aílton Vilela, José Maria Barros, Mauri Torres, Simão Pedro Toledo, Bonifácio Mourão, Anderson Adauto, Alberto Pinto Coelho, Sebastião Costa, Ivo José, Almir Cardoso, José Braga, Ronaldo Vasconcellos, Dílzon Melo e Glycon Terra Pinto, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 17, às 15h15min, com a finalidade de se apreciar o parecer, em 2° turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 24/96.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1996.

Bilac Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Elbe Brandão, Sebastião Helvécio e José Maria Barros, membros da supracitada Comissão, para a 35ª Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia 18/12/96, às 9h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciarem os pareceres dos projetos em fase de redação final.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1996.

Paulo Schettino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de
Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Leite, Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Antônio Roberto, José Braga, membros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais; Péricles Ferreira, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 18/12/96, às 14h45min, no Plenarinho IV, com o objetivo de se apreciarem, no 1° turno, os pareceres sobre o Projeto de Lei n° 514/95, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1996.

Miguel Martini, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2° TURNO DO PROJETO DE LEI N° 957/96

Comissão de Administração Pública
Relatório

De iniciativa do Deputado Francisco Ramalho, o projeto de lei em epígrafe visa a dar a denominação de Rodovia Coronel Azarias José Lemos à rodovia que liga os Municípios de Passos e Fortaleza de Minas.

Aprovado o projeto no 1° turno, sem emenda, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme dispõe o art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Iterando o posicionamento anterior desta Comissão sobre o assunto, reconhecemos a pertinência em se dar a denominação pretendida à rodovia que liga os Municípios de Passos e Fortaleza de Minas, visto ser o homenageado notório homem público, que tanto concorreu para o progresso de Minas Gerais.

Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 957/96 no 2º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1996.

Arnaldo Penna, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 143/96 - Objeto: diversos materiais elétricos. Licitantes vencedoras: ETL - Eletricidade Técnica Comercial Ltda., Loja Elétrica Ltda. e Indaiá Comércio e Representações Ltda.
